



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE “APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” – PL 8035/10

PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

EMENDA Nº /2011

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Acrescente-se a Estratégia 1.11 à Meta 1 do PL 8.035, de 2010, com a seguinte redação:

Estratégia 1.11: Expandir o horário de atendimento dos estabelecimentos de educação infantil, voltadas para o atendimento de trabalhadoras/es que atuam em período noturno ou frequentadoras/es do EJA – Educação de Jovens e Adultos ou outras modalidades de ensino oferecidas fora do horário comercial.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura tanto às crianças quanto às trabalhadoras e trabalhadores o direito ao atendimento em creche e pré-escola. Ao mesmo tempo, a CF assegura, em seu art. 208, que o dever do Estado com a educação será efetivado “mediante a garantia de oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”.

De acordo com o art. 7º da CF/1988, “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE “APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” – PL 8035/10

Em seu art. 227, a CF/1988 aborda o direito à proteção e cuidados: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, aspectos reafirmados pela Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, em seu art. 4º.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que variados tipos de trabalho são desenvolvidos fora do horário considerado comercial, incluindo o período noturno.

Dessa forma, considerando-se o direito à educação por parte das/os jovens e adultas/os que frequentam o EJA – Educação de Jovens e Adultos, e por parte das crianças, assim como o direito destas de permanecerem cuidadas e protegidas enquanto suas mães e pais trabalham ou estudam, é fundamental que estes equipamentos sociais funcionem além do horário considerado comercial, abrangendo também o período noturno.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011.

Deputada ERIKA KOKAY
PT/DF